

**O CAMPO DO PATRIMÔNIO:
conflitos em torno do tombamento de São João del-Rei/MG**

Denis Pereira Tavares¹

Regina Helena Alves da Silva²

Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas (RENAN, 1882:6)

1. O poder da memória e a memória do poder

A nação, pensada em termos de continuidade histórica – a partir de um tempo vazio e homogêneo, segundo Benjamim (1994) – é resultado de um trabalho de enquadramento da memória coletiva, no qual o esquecimento está na base desse processo. O apelo afetivo ao esquecimento de querelas antigas, como mecanismo de consenso e de apagamento de conflitos, constitui o fermento social em que se assenta a idéia de nação.

O esquecimento coletivo, como coloca Renan (1882), é elemento constitutivo da criação da nação, amalgama que unifica, integra e vincula a “família nacional” a um destino histórico, a uma memória e a um patrimônio comum. Estabelece uma relação tênue entre lembrança (de um passado “exemplar”), esquecimento (dos desentendimentos políticos) e se vincula às “vontades” do presente (consenso coletivo).

Nesse caso, o excesso de esquecimento coincide com o excesso de lembrança, à medida que em ambos os momentos a diferença entre passado e presente é abolida, deixando o futuro cativo do passado. O esquecimento, portanto, é liga mestra que articula a existência da nação aos tempos imemoriais, ferramenta essencial na construção e afirmação de narrativas dos Estados-nacionais sobre o passado. Narrativas que se

¹ Mestrando em História Social da Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e professora adjunta do PPGHIS/UFMG.

querem neutras, positivas e objetivas, que lançam o conflito numa cortina opaca de amnésia coletiva.

Uma nação é uma alma, um principio espiritual. (...) A nação, como o indivíduo, é resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos. O culto dos ancestrais é de todos o mais legítimo; os ancestrais nos fizeram o que somos. Um passado heróico, dos grandes homens, da glória (eu entendo da verdadeira), eis o capital social sobre o qual se assenta uma idéia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente (...) é aí as condições essenciais para ser um povo (RENAN, 1882: 18).

O trabalho de enquadramento da memória via excesso de esquecimento e/ou excesso de lembrança do passado se assenhoreia da história com obsessão pelas origens. Desse modo, a história se confunde com a memória e se torna seu objeto. A “memória do evangelho nacional”, nas palavras de Dosse (2003), assume o papel de legitimar o mito das origens³ e se esforça em criar unidade naquilo que está disperso e dividido, destacando os grandes heróis, os grandes feitos, batalhas, esforços, símbolos em comum, e etc.

Talvez os monumentos foram os que melhor serviram como ancoradouro dessas narrativas dos Estados-nacionais, que procuram no passado a estabilidade espaço-temporal da fundação mítica da nação. Como salienta Legoff (2003), os Estados se apoiaram numa linguagem monumental e na pompa de seus símbolos como instrumentos de propaganda nacional e de poder político, no sentido de balizar as necessidades de legitimidade cultural. “A construção do monumento poderia ser interpretada como momento específico do percurso histórico da ‘invenção das tradições’ a partir do lugar do exercício do poder” (OLIVEIRA, 2004: 203). Monumentos, abertos a projetos políticos nacionais e a discursos de memórias, se afirmaram no interior de uma lógica comunitária de forte apelo afetivo de busca das raízes, da identidade, do fortalecimento da coesão da “família nacional”.

³ Os mitos fundadores constituem ferramenta de mobilização afetiva que transmite princípios, finalidades e reforça valores identitários dos grupos sociais. O discurso mítico é caracterizado, principalmente, pelo seu dinamismo profético na compreensão do presente, vinculando o acontecimento sempre ao tempo imemorial das “origens” e da sua “fundação” no passado. Ver: GIRARDET, 1987.

As políticas de institucionalização da preservação do patrimônio, por exemplo, são filhas desse contexto de afirmação dos Estados-Nação e se pautam na monumentalidade como princípio. A preservação do patrimônio comum, além de se apoiar nos princípios políticos da monumentalidade e na pompa de seus símbolos, sobretudo como âncora da identidade e da memória social, tem forte apelo no sentido de exprimir estabilidade temporal contra a aceleração do tempo e transitoriedade da vida moderna. Desse modo, a fossilização do passado e da memória coletiva, a partir da obsessão pelas origens, via patrimônio, adquire contornos estratégicos para os projetos de presente e para as necessidades políticas do próprio Estado.

A partir do que foi dito, o trabalho pretende focar os usos políticos e as artimanhas dos trabalhos de enquadramento da memória coletiva. Interessa perceber como o passado é articulado no sentido de legitimar anseios e projetos políticos do presente. Usaremos como ilustração o caso específico do tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei (MG).

2. Artimanhas da memória

Como aponta Legoff (2003), a memória enquanto processo psíquico-social de conservação de informações, organização de dados e atualização de impressões passadas, não está imune a relações de poder. Pelo contrário, memória e esquecimento enquadrados constituem “trunfos” simbólicos entre os grupos que disputam o poder de arbitragem sobre o que é arquivável no mundo social. Portanto, a memória coletiva pode ser também motivo de disputas políticas que opõe grupos sociais, adquirindo sentido diametralmente oposto àquele de “família nacional”, ufanado por Ernest Renan e/ou de “comunidade afetiva” que reforça seus laços de coesão social, acentuado por Halbwachs (2004).

Tanto a memória individual quanto a memória coletiva são passíveis de desvios de lembrança, de ameaça de confusão e de ser afetadas pelo esquecimento; estão sujeitas a reconstruções afetivas e a (re)sentimentos do passado, a transitoriedade, contingência e

instabilidade das mudanças políticas. Enfim, ambas decorrem de um processo humano e social.

Como assevera Ricoeur (2003), a memória (presença do ausente) dispõe da narrativa como forma de exteriorização, isto é, jamais reproduz ou recupera o passado “tal qual”, mas estabelece uma mediação do passado pela experiência do presente.

Enquanto narrativa, a memória é operação que seleciona, destaca, descarta, hierarquiza, cristaliza, ilumina, apaga, lembra, esquece e organiza o passado discursivamente no sentido de conservar o poder. Ela busca apoio na imaginação, nas representações coletivas, crenças partilhadas e na carga emotiva dos símbolos. A partir destes ancoradouros, lança também mão da reiteração como estratégia política de legitimação tornando-se, então, memória institucionalizada, ensinada e consagrada como memória-monumento-documento.

Dosse (2003) e Pollack (1989) chamam atenção quanto ao empenho cívico do historiador nesse processo de enquadramento e reiteração do “dever de memória” da nação. O historiador desempenha um trabalho intelectual de enquadramento da memória, um verdadeiro investimento político sobre o passado, um esforço pedagógico de recordação e esquecimento, de seleção e exclusão, no sentido de legitimar a ordem vigente, de oficializar uma memória totalizante e de glorificar o poder via escrita da história nacional. “O historiador não tem nenhuma dúvida sobre sua função que é central na nação. Por seu mito das origens, ele permite finalizar seu relato e legitimar o passado pelo presente (DOSSE, 2003: 277).” Este profissional da memória se esforça na produção de legados, na “invenção das tradições” (HOBBSAWN; RANGER, 1994) como ancoradouro de projetos políticos, na obtenção de hegemonia e, na legitimação daquela história, parcelar enquanto história oficial. Assume, portanto, papel ativo na gestão dos sentimentos, afetos e imaginários coletivos, a partir da reinterpretação e uso político do passado.

Se por um lado o historiador se compromete com a construção do enredo nacional, em um movimento paralelo a narrativa histórica torna-se prisioneira da memória, afeita ao

discurso hegemônico da memória integradora, da memória una que elide memórias subterrâneas. É pensando nesse processo da história cativa da memória que Eric Hobsbawm fala que a “história é a matéria prima para ideologias nacionalistas, éticas ou fundamentalistas, da mesma maneira como as papoulas são matéria prima para os viciados em heroína (HOBSBAWN, 1998: 17).”

Ainda nessa perspectiva, Ricoeur (2003) salienta que a memória como mecanismo de reforço da identidade (individual, coletiva e nacional) e de expressão pública no espaço social deve passar pela crítica das ideologias, na media em que se relaciona com finalidades políticas, veicula crenças, valores, anseios e imaginários, dirigindo-se à instrução da opinião pública. Na mesma direção, Dosse (2003) aponta outra ressalva quanto ao estudo da memória, segundo ele, a memória deve se submeter à crítica da “história social da memória”, ela precisa ser tratada como objeto de reflexão da história, e não como seu objetivo.

3. O campo do patrimônio

Como já salientamos, a memória enquanto fato social é marcada por relações de poder e por disputas entre os grupos sociais. Torna-se, então, campo de batalha em função dos projetos de presente e dos intentos de futuro.

Desse modo, determinados esforços de gestão da memória coletiva, a partir da “invenção das tradições” e da mobilização de símbolos integradores, no sentido de fortalecer os laços de coesão, constituir um enredo sobre o passado e de legitimar projetos de um Estado nacional, podem não obter ressonância no conjunto da sociedade e podem adquirir, inclusive, contornos distintos ou até mesmo contrários daquele esperado, apontando assim suas inflexões, fragilidades e limites na construção do nacional.

A implantação da preservação do patrimônio cultural, por exemplo:

evidencia um campo de conflito material e simbólico no processo de constituição da memória coletiva ou de grupos. Portadora de um regime de

historicidade, a escolha de determinados bens culturais como representativos da identidade nacional ou de determinados grupos ou etnias é sempre uma operação política que se traduz igualmente na escolha de um passado histórico e cultural revelador da luta permanente pela representação da nação (NOGUEIRA, 2008: 244).

Como assevera Velho (2006: 245), tensões, negociações e conflitos são constitutivos das políticas públicas de patrimônio, haja vista que “envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos hegemônicos e contraditórios.”

Dito isso, podemos entender o patrimônio como espaço de luta material e simbólica entre grupos com leituras, projetos e apropriações distintas e desiguais (CANCLINI, 1994). E também enquanto um processo social cujos significados dos bens erigidos ou rejeitados como herança coletiva não têm valor intrínseco, nem neutro, mas são produtos de lutas históricas.⁴

Cabe ainda assinalar que projetos de produção de legados – via construção, seleção e preservação de monumentos no espaço público – implicam em lutas sociais e políticas, visões de mundo, exercício do poder e formas de dominação. Projetos de demarcação de fronteiras, de “semantização” de lugares e de definição de “espaços de memórias” expressam, também, as disputas pelo reconhecimento de grupos, identidades e trajetórias neste espaço.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada, altero as fronteiras ente um e outro

⁴ Segundo Bourdieu (2004) os bens simbólicos e seus significados são objeto de disputas sociais e de relações de poder. Estando em jogo nestas “lutas simbólicas” o próprio poder de definição, objetivação e classificação “legítima” do mundo social.

domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público (GONÇALVES, 2002: 121-122).

4. O caso do (des)tombamento de São João del-Rei

“O tombamento de São João del-Rei é um crime de lesa-progresso”. (Carlos Alberto Alves – presidente da *Associação Comercial* de São João del-Rei)

A literatura do patrimônio é abundante e elucidativa quando tangencia o processo de implantação da preservação do patrimônio cultural no Brasil, bem como quando trata da atuação política e dos discursos oficiais dos “interpretes” do patrimônio, como por exemplo, Rodrigo Melo Franco, Mário de Andrade, Lucio Costa, etc..⁵ No entanto, esta permanece lacunosa quanto à apropriação e interpretação desse patrimônio e dessa política de preservação por parte das populações. Em outras palavras, quando os estudos se pautam apenas na condução e consagração do patrimônio a partir do Estado, perdem de vista a malha fina das construções de sentido do patrimônio cultural feitas pela sociedade, perdem também a emergência de “micro-campos” de discordância, que sinalizam, inclusive, processos de rejeição e falta de respaldo popular a tal modelo de patrimônio e às políticas culturais conduzidas pelo Estado.

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei se dá numa conjuntura mais ampla de implementação e afirmação da política de patrimônio do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no bojo do projeto cultural do Estado Novo. Contexto que Bittencourt (2002) caracteriza como uma manobra da “guerra de movimento”, no sentido gramsciano do termo, como uma tomada de posição, expansão de fronteira e afirmação do projeto modernista sobre outros projetos de identidade nacional.

Com isso, logo após a implementação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 – que contém as diretrizes legais no sentido de salvaguardar os elementos culturais “integradores” da identidade nacional – sete cidades coloniais de Minas Gerais foram eleitas, em 1938, como símbolo da nação e tombadas em seu conjunto arquitetônico e

⁵ Ver, por exemplo: Cavalcanti (2000); Fonseca (2005); Oliveira (2008).

urbanístico. A arquitetura colonial de São João del-Rei, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, Sabará, Diamantina e Serro foram significadas no bojo desse projeto como primeira expressão “genuinamente” brasileira. “O passado colonial mineiro do século XVIII passou a ser visto como lugar fundador – espaço/tempo – da nação inventada (NOGUEIRA, 2008: 6).”

Estas cidades mineiras, além de berço das “raízes” da civilização brasileira, foram consagradas, nesse projeto político de enquadramento da memória e da cultura nacional, como substrato da idéia de unidade e continuidade temporal da nação.

Os aspectos “pitorescos” do barroco mineiro, objetos de arte e arquitetura, a tradição “intocada” pela modernização, foram traços fortemente idealizados pelas políticas de preservação e pelos intelectuais modernistas no âmbito do Sphan. De acordo com Motta (2002), nesse contexto o valor de patrimônio esteve vinculado a critérios de uniformidade e a características estético-estilísticas (“fachadistas”) da arquitetura e também a noções abstratas como as de “autenticidade” e “excepcionalidade”.

Como aponta Gonçalves (2002), os discursos oficiais da manutenção-preservação do patrimônio cultural no Brasil estiveram assentados na “retórica da perda”, isto é, na idéia do risco iminente de destruição, fragmentação e desaparecimento dos objetos que dão “materialidade” à nação. É como se esses objetos – “lugares de memória da fundação da nação” – fossem poças de um grande lago que está se secando, cabendo aos próprios “profissionais do patrimônio” do âmbito do Sphan a missão de salvá-los da ruína.

Fonseca (2005) fala do empenho dos intelectuais do Sphan, enquanto “mediadores culturais”, na condução das políticas de preservação e luta pelo “poder simbólico” e atribuição de valores nacionais aos bens patrimoniais. Oliveira (2008) ressalta o esforço que eles tiveram no sentido de instruir as elites locais sobre a importância da preservação e consagração de tais bens.

Não obstante ao empenho cívico desses intelectuais durante o trabalho de enquadramento da memória nacional via patrimônio, cabe perguntar: “até que ponto e para quem, as representações patrimoniais constituíram de fato referências de pertencimento à nação enquanto ‘comunidade imaginada’? (ARANTES, 2009: 22)”

A partir da análise do processo de tombamento de São João del-Rei podemos destacar a emergência de um campo de conflito de representações acerca do devir da cidade, entre os grupos locais, fundamentalmente, integrantes *da Associação Comercial de São João del-Rei*, e os intelectuais do Sphan responsáveis por levar a cabo as políticas federais de patrimônio. Tal campo expressa a luta desses grupos pela definição, demarcação, classificação e apropriação de espaços simbólicos do passado “legítimos” na histórica São João del-Rei.

Logo após as primeiras notícias de embargos e restrições no livre exercício da propriedade decorrentes do “tombamento integral” da cidade já é possível captar nos jornais locais as primeiras ressalvas ao Sphan e, sobretudo, disputas de interesses quanto à “defesa do passado”. O jornal *Diário do Comércio de São João del-Rei*, por exemplo, criou três enquetes como espaço para as “vozes discordantes do patrimônio” conclamando a população a manifestar sua resistência às determinações do Sphan. A primeira com o título de “*São João del-Rei Não Quer Se Fixar No Passado*”, a segunda já em tom imperativo com o nome de “*São João del-Rei Não Se Fixará No Passado*” e a terceira, também sugestiva, chamada de “*A Opinião da Cidade Sobre o Tombamento Feito Pelo SPHAN*”.

Cabe destacar nesse contexto de ampla mobilização política dos grupos locais o empenho de intelectuais como José Belline dos Santos⁶ e Tancredo de Almeida Neves⁷ que estiveram engajados durante todo processo de negociação/litígio com o Sphan. Eles

⁶ Foi diretor de redação do jornal A Tribuna e diretor da redação do Diário do Comércio; membro da Associação Comercial de São João del-Rei; eleito em 1944 pesquisador da história de São João del-Rei pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Autor do almanaque: “*São João del-Rei: a cidade que não olhou para trás*”, publicado em 1949 pela gráfica do Diário do Comércio.

⁷ Tancredo de Almeida Neves, advogado e consultor jurídico da *Associação Comercial*, diretor-secretário da Fiação Matosinhos S/A, diretor-presidente da Fiação e Tecelagem São João, acionista da Construtora Interestadual de Melhoramentos e Obras S/A e deputado estadual em 1947 pelo PSD. Tancredo Neves, em janeiro de 1985 foi eleito presidente do Brasil.

criaram inclusive o chamado “*Comitê Patrocinador das Aspirações da Cidade Junto ao SPHAN*”, mobilizaram um abaixo-assinado em favor do “destombamento” da cidade e enviaram uma carta em julho de 1946 ao então presidente general Eurico Gaspar Dutra explicando os principais fundamentos das “aspirações locais”.

Defendemos a idéia de que havia na cidade um projeto de modernização urbana acelerado, protagonizado ora via intervenção do poder público, ora iniciativa de “empreendedores urbanos”, isto é, indivíduos que investiram seus capitais na transformação, produção e racionalização do espaço urbano são-joanense. Projeto este profundamente atrelado aos ideais de modernidade, à ideologia do progresso, aos preceitos higienistas e sanitaristas e a uma leitura “funcionalista” da cidade.

Entendemos que é justamente este projeto de modernização de São João del-Rei que se colide com outro projeto em curso: o projeto de salvaguarda das “raízes” artísticas e culturais “genuinamente” nacionais encampado pelos intelectuais do Sphan, sob a égide do Estado-novo.

A hipótese central que propomos para pensar a emergência desse campo de conflito do patrimônio seria que, além de leituras, representações, imaginários e práticas de apropriação distintas da paisagem urbana de São João del-Rei, o principal motor que alimenta esse embate estaria localizado no desentendimento quanto a própria noção de história e de patrimônio defendida por esses dois grupos. Não havia um pensamento único de patrimônio, muito menos de história, o que havia eram interpretações e projetos que articulava e se apropriava dessas duas categorias de maneira distintas.

Entre os grupos locais temos uma visão “moderno-iluminista” de história, isto é, uma leitura teleológica da história da humanidade que legitima a mudança como aceleração da marcha do espírito em direção à liberdade, progresso, civilização. Perspectiva marcada pela crença na razão e fé no futuro. Nesta chave de interpretação a destruição racional é criativa e remete a um *telos*, a um estado de perfeição, avança sobre o passado “morto” como um salto qualitativo.⁸ Em síntese, a destruição é desejada e tem

⁸ Sobre a versão “moderno-iluminista” da história ver: Reis, 2003.

respaldo histórico. Ela reforça a idéia de que a civilização evolui e o que foge a ela deve ser varrido. O processo histórico é, portanto, autofágico, marcado por saltos qualitativos rumo ao progresso, e nesse quadro, os resíduos arcaicos devem ser eliminados. O passado que permanece deve iluminar os projetos de futuro.

Desse modo, constatamos entre os grupos locais uma postura cívica, patriótica e “tradicionalista” de patrimônio, ou seja, apenas os legados que denotam um passado “pomposo”, “exemplar”, dos “grandes feitos” e dos “grandes heróis” e que se relacionam com o panteão local, constituem a memória de São João del-Rei e, por isso, são passivos de preservação como “verdadeiros relicários” da história e da arte, como “atestados vivos de uma época”. Inferimos que esta perspectiva de patrimônio dialoga com àquela idéia direitista de patrimônio defendida por Gustavo Barroso e também pelo IHGB.

Já o Sphan faz uma leitura “moderno-iluminista” da história no sentido de apontar suas ressalvas e, sobretudo, as conseqüências da aceleração do progresso sobre o patrimônio. Como salienta José Reginaldo Gonçalves, a história é vista como um processo inexorável de fragmentação e perda. Nessa perspectiva, enquanto os grupos locais apresentam uma leitura “tradicionalista” e restritiva de patrimônio da cidade, o órgão federal constrói um projeto mais “abrangente” de patrimônio, uma vez que ultrapassa a postura nostálgica, moral e patriótica. Esse patrimônio que se quer científico é pormenorizado em trabalhos especializados e está vinculado a critérios de seleção como os de uniformidade/conjunto urbano, a características estético-estilísticas e a noções de “autenticidade” e “excepcionalidade”. Portanto, cabe destacar que nesse processo de implementação das políticas de patrimônio em São João del-Rei uma mesma cidade toma significados diferentes.

O *Diário do Comércio de São João del-Rei*, espaço de difusão e articulação política dos grupos locais, procura, nesse contexto de batalha de memória, definir um entendimento de “patrimônio legítimo”:

Ninguém contesta que os monumentos católicos, as pontes de pedra, na parte antiga da cidade e mesmo alguns prédios, cuja vida se relaciona com

fatos históricos sanjoanenses ou mineiros, sejam, de fato protegidos e conservados como atestados vivos de uma época. Mas daí não permitir abertura de novas ruas [...] seria criar inomináveis entraves ao progresso da cidade desejosa de vida e de evolução (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 17 de Agosto 1943; N° 1639. Enquete: *São João del-Rei Não quer Fixar-se No Passado*; do editorial).

No excerto acima, dirigido a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço de Patrimônio, o cronista do *Diário do Comércio* diz o que pode e o que deve ser preservado na cidade. Mas Rodrigo procura ponderar a situação. “Não devemos ter grande preocupação de traçar ruas retas; nas suas curvas às vezes está a beleza. O que é preciso é não desfigurar as nossas cidades tirando-lhes a harmonia e o encanto antigo (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 7 de Setembro de 1943, N° 1656. Enquete: *São João del-Rei Não Quer Fixar-se No Passado*; Tréplica de Rodrigo Melo Franco de Andrade).”

Cabe destacar que uma avaliação que vincula a atuação política dos grupos locais como mero reflexo de interesses econômicos, atribuindo-lhes o epíteto de “elites progressistas incivilizadas”, como sugere Andrade (1987), não se sustenta analiticamente. Pensamos o acirramento desse conflito centrado no desentendimento quanto ao significado de patrimônio e de história entre grupos com distintos projetos de apropriações do espaço urbano de São João del-Rei, projetos estes que não estão desvinculados de interesses diversos. Nas crônicas abaixo fica evidente o embate quanto aos sentidos de patrimônio e história.

Assim quando o Governo Federal criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aplaudimos com entusiasmo, a sua iniciativa, porque pensávamos que esse Departamento seria o guarda de nossas tradições históricas e artísticas, de nosso passado opulento glorioso – sem, contudo, paralisar as nossas avançadas de povo jovem, que não quer e não pode ficar dormindo sob os triunfos vividos. (...) Nesta cidade o Serviço de Patrimônio está perdendo a sua finalidade, porque tem obstado a demolição de pardieiros que não tem nenhum valimento para a História, nem para a Arte (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 30 de Abril de 1946, N° 2436. Enquete: *A opinião da Cidade Sobre o Tombamento Feito Pelo SPHAN*; de Domingos Horta, professor).

Essa gente atrabiliária, apoiada em terreno resvaladiço, forçando o conceito artístico e desvirtuando os fenômenos históricos, foge da realidade para os domínios da fantasia, em devaneios literários, e faz lenda ao invés de afirmar e confirmar os fatos da história... (O CORREIO DE SÃO JOÃO DEL-REI, 26 de Maio de 1946; N° 2064. Matéria: “*Ainda O Serviço de Patrimônio*”; de Mozart Novais, redator do jornal e industrial).

...Considerando que é de competência exclusiva e soberana da DPHAN dizer do valor histórico ou artístico dos bens existentes no território nacional, determinando-lhe a inscrição no competente Livro do Tombo (...). Considerando que o imóvel de que se trata, é citado, de há muito, pelos especialistas, como de excepcional valor artístico (Arquivo Central do IPHAN/Rio de Janeiro: Processo N° 361-T-46: Sobrado à Praça Severiano Rezende. Parecer de Pedro Calmon).

Se, por um lado, o período de 1937 em diante é caracterizado como “guerra de movimento”, avanço e afirmação do projeto modernista de patrimônio, a conjuntura de 1945 sinaliza, nas palavras de Bittencourt (2002), que o SPHAN passou da conquista de posições à “guerra de trincheira”. “O SPHAN sobreviveu precariamente, depois de 1945, quando as instituições culturais que tinham sido ligadas ao Estado Novo passaram a ser vistas com desconfiança.” A posição defensiva deixou a “repartição e seus combatentes sendo obrigados a freqüentes e vergonhosos recuos (BITTENCOURT, 2002: 202).” No caso de São João essa constatação torna-se patente.

SPHAN são as letras designativas do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Sugere um leitor que com essas letras seja formada uma frase que simbolize a resistência do povo de nossa terra às obsoletas determinações daquele Serviço do Ministério da Educação e Saúde. Estas colunas está à disposição dos leitores para as sugestões. Por hoje aqui vão três: **Sem Patrimônio Haveremos de Agir Naturalmente. Sempre Poderá Haver Ânimo Nativista. Sem Patrimônio Haverá Ascendência Nacional** (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 24 de Abril de 1946; n° 2431. Sem Título, Grifo Nosso.).

...vivendo numa cidade (...) sujeita à tutela do “Patrimônio”, mandamos ao diabo essas intenções puras e estimaríamos, que para nosso sossego os referidos respeitáveis funcionários dessa Repartição “tombassem” logo de uma vez (mas, por escrito para evitar dúvida) aquilo que no entender de S.S. deve aqui representar o passado e nos deixassem meter a picareta em muito mostrengo arquitetônico que ainda vive escorado nessa muleta oficial. (...) Nada pode ser alterado, da pintura das fachadas aos canos íntimos da rede de esgoto (...). O Exmo. Funcionário Classe J, fixado o circulo guarda-chuval, afivela as malas, veste-se o seu impecável guarda pó e nos deixa aqui com nosso passado, o nosso barroco (...) e, chegando no Rio mete-se no edifício do Ministério da Educação, de tão adiantadas linhas modernas. Por esnobismo, pois o Classe J adora o Rio novo, de perturbadoras linhas e de incrível sorriso Kolinos: Vim de Minas, daquelas cidades velhas cheias de encantos de becos e de sinos. Como é suave e consolador o Brasil de ontem! Os bárbaros queriam estragar a paisagem, mas impedimos esse atentado! Não queremos aqui o Classe J com seu guarda-chuva a sua bengala, o seu circulo e a sua interpretação. **Isso não conserva a fisionomia da cidade, nem o edifício supostamente histórico, ou interpretativamente “nacional”.** Vamos dividir o queijo. É razoável que admitamos um e outro edifício cujas linhas representam o tipo de construção que fazia o Brasil de ontem; mas becos e prédios, si bem que antigos, mas que de modo nenhum representam a época, devem ser demolidos à bem da estética e da higiene. A cidade não pode tolerar mais ruelas e alcovas, prédios úmidos, sem ar sem

luz, que parecem bem ao funcionário Classe J. Vamos inventariar o que temos, classificar o aproveitável, restaurar esse aproveitável e passar uma vassoura higiênica no resto (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 6 de Março de 1945; n° 2097. Matéria: “*O Classe J*”; Pseudônimo de “O Velho da Terra”).

Estas duas crônicas sintetizam grande parte das reivindicações das “vozes discordantes do patrimônio” em São João del-Rei: a) traz a tona modos de apropriação distintos daqueles pregados pelas narrativas oficiais do Estado; b) expõe as brechas do tombamento enquanto instrumento de proteção; c) desafia a noção de “autenticidade” e “excepcionalidade”, mostrando que são categorias interpretativas e ligadas a interesses; d) questiona a “aura” sagrada do barroco; e) põe em xeque a noção de uniformidade e de conjunto urbano, ligando o patrimônio a monumentos específicos; f) evidencia a relação tensa entre propriedade privada e política de patrimônio; g) expressa o caráter negociado e conflitivo do patrimônio; h) traduz uma experiência de rejeição de um modelo de patrimônio, mostrando os limites do Estado enquanto árbitro cultural, isto é, que decisões unívocas podem não obter sucesso.

Portanto, entendemos que as objeções levantadas pelos grupos locais às políticas de tombamento, através de questionamentos sobre a “objetividade” do patrimônio (o que é histórico, o que pode ser preservado e, principalmente, o que deve ser preservado) e sobre a “legitimidade” da ação do Sphan em São João del-Rei, expressam também os sintomas das contradições do próprio projeto cultural do Estado novo, ou seja, a “invenção” das tradições a partir de símbolos integradores da nação foi também permeada por resistências e conflitos sociais. Em suma, a emergência de um campo de disputa de memória, de história e patrimônio durante o processo de tombamento de São João del-Rei evidencia a dimensão política da construção do patrimônio, isto é, o caráter negociado e conflitivo entre grupos que se empenharam na seleção e controle dos bens simbólicos do passado no presente.

Em novembro de 1947, o próprio tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, instituído em 1938, passa por uma redefinição, reduzindo consideravelmente seu perímetro de preservação a algumas ruas do centro histórico da cidade.⁹ E nas décadas seguintes de 1950 e 1960, o próprio perímetro instituído passa

⁹ Delimitação do Perímetro da Preservação de 28 de novembro de 1947, folha 6 do processo 68-T-38 do

ser alvo de ataques freqüentes. Comentando sobre essa situação, Silvio de Vasconcelos (chefe do 3º Distrito do Sphan em Minas Gerais) diz, a Rodrigo Melo Franco de Andrade, não ter “mais esperança de obter a preservação da arquitetura civil local, já bastante alterada e sob bastante progresso e valorização da cidade.”¹⁰

5. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Minc/Sphan/FNpM, 1987.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina; 2009.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica. arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BITTENCOURT, José. Invenção do passado: assensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural (1935-1990). In: MENEZES, Lena Medeiro de (et alli). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERG, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

CANCLINI, Nestor Garcia. A construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, 1994.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição* – 2. ed. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Minc-IPHAN, 2000

DOSSE, François. Uma história social da memória. In: *A História*. Bauru/SP: Edusc, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005

Arquivo Noronha dos Santos (Rio de Janeiro) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁰ Arquivo Permanente da 13ª Superintendência Regional do IPHAN de Belo Horizonte/MG: Série 2. Cidade: São João del-Rei/Administrativo 1938-1947. Ofício N° 453

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEGOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Arte patrimonial como base para o patrimônio imaterial. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n° 1, 2008.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles de. Museu Paulista: Espaço celebrativo e memória da independência. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989.

REIS, José Carlos. Da história total à história em migalhas: o que se ganha e o que se perde? In: *História e teoria, historicismo, modernidade, temporalidade, verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENAN, Ernest. O que é uma nação. Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882, documento.

RIOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2003.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, vol. 12, n° 1, 2006.